

# RESENHAS



Libertas inaugura, nesta Edição, um espaço para divulgação de resenhas de livros que dialoguem com o campo das políticas penais.

**SALLA, FERNANDO. HISTÓRIAS DE PUNIÇÃO E RESISTÊNCIA**  
- 1. ED. - RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2024.

Cinara de Avila Fiss<sup>33</sup>

**33** Graduanda em Direito na Universidade Católica de Pelotas. Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS. Leitura da obra, análise e discussão, elaboração da resenha foram atividades acompanhadas pelo professor orientador da Bolsa de Iniciação Científica, Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos e graduação em Direito da Universidade Católica de Pelotas.

A análise da questão penitenciária brasileira em seus aspectos históricos e contemporâneos, as práticas punitivas, bem como as formas de resistência dos internos nas prisões, apresentam-se mais necessárias e atuais diante do cenário de encarceramento massivo, dos recorrentes abusos de autoridade, da violação dos Direitos Humanos e da persistência da seletividade penal que afeta os grupos precarizados e marginalizados da sociedade.

É nesse contexto que a obra *Histórias de punição e resistência*, do sociólogo Fernando Salla, publicada em 2024, torna-se especialmente significativa ao oferecer uma análise histórica e sociológica das dinâmicas de confinamento, punição e resistência presentes em espaços de privação de liberdade no Brasil nas primeiras décadas do século XX – processos que, embora originados há mais de 100 anos, continuam se reproduzindo e se intensificando.

Ao dirigir suas análises não só para as punições legais, mas também ao que suas fontes revelaram do informal e extralegal (mesmo que ocorrendo em ambientes organizacionais sob a gestão do Estado), Salla promove estímulos relevantes ao (re)dimensionamento da Sociologia (Histórica) da Punição, pois se situa no transbordamento das delimitações legais (quando existiam) como forma do exercício do poder punitivo e disciplinar (2024, p. 4).

Outro destaque se relaciona com as fontes e o método de pesquisa que subsidiam os capítulos que compõem o livro. As fontes protagônicas são documentos oficiais construídos em duas instituições de privação de liberdade: a Penitenciária do Estado de São Paulo (PE) e, do mesmo Estado, o Instituto Disciplinar (ID), além de material jornalístico do período. Nesse sentido, o método se relaciona – como o próprio Autor explica noutra obra, em co-Autoria com Viviane Borges (BORGES; SALLA, 2023, p. 19) – com o abordar “vestígios deixados pela ação humana que são recuperados pelo pesquisador para a construção ou reconstrução de uma narrativa sobre o presente e o passado, ou passados ainda presentes, como é o caso da história das prisões”.

A estrutura do livro é dividida em dois capítulos: o primeiro dedicado à PE, cobrindo o período de 1920 a 1950, o segundo ao ID, entre os anos de 1903 e 1920. Mas é desde sua capa que emerge a essência de seu conteúdo: duas fotos da década de 1920 (acervo do Museu Penitenciário de São Paulo) apresentam presos trabalhando na oficina de vassouras e fazendo ginástica na PE. Trabalho e ginástica, disciplina e

docilização dos corpos, sob uma placa que impõe “Silêncio” (na oficina de vassouras), o ideário da modernidade penal elaborado por intelectuais e gestores institucionais das primeiras décadas do século XX. Em ambos os capítulos o cotidiano dos ambientes de confinamento é examinado à luz das rotinas, das normas institucionais estabelecidas pelas autoridades e das respostas dos internos.

Quanto à Penitenciária do Estado de São Paulo (PE) – foco do primeiro capítulo – trata-se de uma instituição de encarceramento que começou a funcionar em 1920, sendo apresentada ao cenário da época como o modelo de penitenciária da modernidade, ou seja, que serviria como exemplo por excelência de como punir, inclusive para os demais Estados brasileiros. No entanto, revela a profunda dissociação entre a retórica institucional (de regeneração) e a realidade prática de violência.

O Autor constrói sua análise a partir de uma fonte documental, o “Livro de Partes” da PE. Esse registro abrange o período de 1920 a 1950 e documenta as infrações dos detentos e as respectivas sanções aplicadas para cada tipo de desobediência, o que permite ultrapassar os limites das versões oficiais e acessar, também, o cotidiano da instituição em sua dimensão mais concreta. No decorrer do texto é evidenciado que os procedimentos e a aplicação de castigos possuem padrões ao longo das décadas: a punição incidia sobre todas as dimensões da vida do detento e almejando uma disciplina perfeita – inalcançável –, que somente incentiva novos símbolos de revolta entre os presos.

Outrossim, os castigos na PE iam além da privação de liberdade, visto que os métodos de impor obediência e disciplina seguiam em direção à adição de práticas caracterizadas por torturas e punições degradantes, que ferem frontalmente os Direitos Humanos como conhecemos hoje. Os tipos de punições aplicados eram de natureza arbitrária, sem regulamentação formal, variando desde confinamento extremo — com celas fortes ou escuras em isolamento — durante dias ou meses; restrição alimentar severa, com privação até mesmo de água; além de privações como suspensão de atividades, de correspondências e de visitas. É relevante salientar que as punições eram degradantes tanto física, quanto psicologicamente, tornando-se angustiantes, visto que, em certos casos, a penalidade era descrita como “até segunda ordem”, ou seja, por prazo indefinido. Constata-se que a autoridade penitenciária detinha poder discricionário quase absoluto, impondo ao preso sanções cuja duração não seguia qualquer norma, mas ficavam à mercê da vontade do diretor ou dos agentes penitenciários.

Salla também se aprofunda na maneira como a prisão se apropria do corpo do detento, transformando-o em instrumento de controle e disciplina, erodindo sua autonomia e identidade ao submeter seus sentidos a um regime de violência institucionalizada.

Logo, quando são aprisionados, os detentos passam por um “ritual de inclusão” e devem se adaptar aos moldes da prisão; perdem sua identidade visual quando são obrigados a se vestirem com um uniforme e quando suas barbas e cabelo são cortados, tornando-se irreconhecíveis para si mesmos. Além disso, devem se acostumar: seus paladares a alimentos feitos sem capricho; seu olfato ao cheiro fétido da prisão; o tato aos ambientes carcerários quentes e frios; e a audição aos sons ou o silêncio que, no ambiente prisional, podem ter vários significados.

A partir do “Livro de Partes” da PE, descreve a dinâmica entre a violência institucional (formal e informal) e a resistência dos presos, manifestada no “pulsar constante de pequenas rebeliões”, como gestos, palavras, atitudes e negativas que expressavam a recusa do preso em ser totalmente dominado.

No segundo capítulo, que trata do Instituto Disciplinar (ID), o Autor utiliza, dentre as fontes documentais históricas, matérias jornalísticas do “Correio Paulistano”, periódico que carregava forte influência política. Segundo Salla: “esse jornal era praticamente o órgão no qual se veiculavam atos oficiais do governo, e sob muitos aspectos ele, mais que isso, era o porta-voz dos interesses, perspectivas e formas de ver o mundo dos governos paulistas” (2024, p.102).

Em uma das matérias do Correio Paulistano, os jornalistas entrevistaram um menino órfão, de apenas seis anos, que já participava das atividades laborais no ID. Segundo a reportagem, o garoto demonstrava grande apreço pelas tarefas que desempenhava e pelo fato de estar no ID “de onde não queria sair”.

As crianças e adolescentes que viviam no ID enfrentavam uma rotina rigorosa: despertavam às 5 horas da manhã, tinham apenas três horas de estudo e eram submetidos ao trabalho por cerca de cinco horas diárias. Às 19 horas se recolhiam aos dormitórios, restando-lhes pouco tempo para brincadeiras ou atividades típicas da infância durante o dia. Ainda assim, o jornal retratava essa rotina com tom otimista e eufemístico, suavizando as dificuldades enfrentadas pelos internos. Em ambas as instituições focalizadas no livro, o trabalho era visto como pilar da ideologia correcional.

No ID os internos eram confinados por três razões principais: por serem considerados “vadios” ou “ratoeiros” (infratores); por estarem abandonados à mercê das ruas e da pobreza; ou porque seus familiares solicitavam sua internação às autoridades. Percebe-se que o governo entendia que até mesmo os “menores” (crianças e adolescentes) devem ter uma utilidade, ou seja, deviam trabalhar. A rotina no ID consistia em longas horas de trabalho, supostamente destinadas à regeneração, intercaladas com intervalos para estudo e outras atividades.

Outro aspecto relevante é que durante muito tempo o ID acolhia exclusivamente meninos da Capital. As meninas, por sua vez, eram encaminhadas a asilos e orfanatos mantidos por instituições religiosas ou destinadas à chamada modalidade de “soldadas”, junto a famílias “de reconhecida moralidade”. Nessa prática, especialmente as adolescentes eram colocadas em residências familiares sob contratos de tutela ou atuando simplesmente como empregadas domésticas e pajens. À “soldada” correspondia a remuneração que deveria ser paga por esse serviço. Essa forma de encaminhamento foi comum desde o final do século XIX, até meados do século XX, sendo conduzida primeiro pelos juízes de órfãos e depois pelo Juiz de Menores e o Serviço Social de Menores em São Paulo – conforme mencionado pelo Autor.

Quanto às punições no ID, a diretoria por vezes argumentava que essas eram “muito moderadas” e solicitava a construção de prisões solitárias, semelhantes às existentes em penitenciárias, para a manutenção da disciplina. Salla mostra que a política institucional do ID quanto às punições não fazia distinção entre crianças e adolescentes em situação de abandono e aqueles que haviam cometido infrações.

[...] formas de controle social e a sanção recaíam sobre as crianças e adolescentes, uma vez que nem todos eram infratores e quando considerados abandonados eram colocados na mesma instituição e submetidos às mesmas regras que os infratores (SALLA, 2024, p. 2).

Ademais, Salla apresenta um fragmento de documento raro que sobreviveu às rebeliões e à negligência das autoridades, trata-se do histórico de D.M., um jovem interno do ID, no qual são registradas as principais ocorrências infrações por ele cometidas que motivam a aplicação de castigos. As sanções decorrem desde ofensas aos companheiros e funcionários, até tentativas de fuga, que recebiam punições como as advertências verbais até aquelas mais rigorosas, como a restrição de circulação (encarceramento, por isso a necessidade de celas) e o uso de uma camisola diferenciada, para identificar os que tentavam escapar.

*Histórias de punição e resistência* é uma obra que transcende um mero resgate histórico e se revela necessária para os debates contemporâneos. Fernando Salla evidencia o mito da “prisão modelo”, fomentado pela Penitenciária do Estado, instituição que, desde sua fundação, sustentou-se na violência e na arbitrariedade das punições, ferindo profundamente a identidade e a dignidade da pessoa humana. Todavia, o ponto marcante da obra é a força da resistência, expressa num “pulsar constante de pequenas rebeliões”, que testemunham o fracasso do projeto correcional e provam a impossibilidade da submissão total. A obra é uma contribuição para a crítica das práticas punitivas no Brasil, visto que estabelece a tensão permanente entre o controle institucional e a insubmissão, elementos presentes na experiência carcerária, sobretudo no panorama atual e agravado pelo encarceramento massivo.

## **REFERÊNCIAS:**

SALLA, Fernando. *Histórias de punição e resistência*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

SALLA, Fernando; BORGES, Viviane. *Prisões: introdução à pesquisa*. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.